



## ESTADO DE SERGIPE

### Consórcio Público do Agreste Central – CPAC

CNPJ: 15.314.802/0001-43

# RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO DE 2025

Prestação de Contas Anual – Resolução TCE/SE nº 353/2023

<b>Entidade:</b>	Consórcio Público do Agreste Central – CPAC
<b>Natureza Jurídica:</b>	Associação pública de natureza autárquica – administração indireta dos entes consorciados
<b>CNPJ:</b>	15.314.802/0001-43
<b>Exercício de Referência:</b>	Janeiro a dezembro de 2025
<b>Presidente / Gestor:</b>	Diogo Menezes Machado
<b>Contador Responsável:</b>	João Vicente Junior – CRC nº 6873/SE
<b>Sede:</b>	Praça da Bandeira, 109-B, 1º andar, Centro – Ribeirópolis/SE
<b>Municípios Consorciados:</b>	18: Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Cumbe, Frei Paulo, Macambira, Malhador, Moita Bonita, N. Sra. Aparecida, N. Sra. das Dores, Pedra Mole, Pinhão, Riachuelo, Ribeirópolis, Santa Rosa de Lima, São Domingos, São Miguel do Aleixo e Siriri
<b>Base Legal:</b>	Art. 8º, inciso II, da Resolução TCE/SE nº 353/2023

*Ribeirópolis/SE, 2025.*

## 1. APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão é apresentado em cumprimento ao inciso II do art. 8º da Resolução TCE/SE nº 353/2023, abordando aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial da gestão do CPAC no exercício financeiro de 2025, de forma a permitir visão sistêmica do desempenho e da conformidade em relação às diretrizes orçamentárias estabelecidas e à legislação vigente.

O CPAC, constituído nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005 e do Decreto Federal nº 6.017/2007, é uma associação pública de natureza autárquica integrante da administração indireta dos 19 entes consorciados, com sede em Ribeirópolis/SE, voltada à gestão compartilhada de serviços públicos de interesse regional, com ênfase na gestão integrada de resíduos sólidos urbanos.

Todos os registros contábeis foram realizados em observância à Lei Federal nº 4.320/1964 e à Lei Complementar nº 101/2000.

## 2. BASE LEGAL E INSTITUCIONAL

A gestão do CPAC no exercício de 2025 pautou-se pelo seguinte marco normativo:

- Constituição Federal de 1988 – art. 37 (princípios) e arts. 70 e 74 (controle);
- Lei Federal nº 4.320/1964 – normas gerais de direito financeiro e contabilidade pública;
- Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Lei Federal nº 11.107/2005 e Decreto Federal nº 6.017/2007 – consórcios públicos;
- Lei Federal nº 14.133/2021 – licitações e contratos administrativos;
- Lei Federal nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS;
- MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (11ª Edição);
- Resolução TCE/SE nº 353/2023 – normas para prestação de contas anuais;
- Resolução TCE/SE nº 297/2016 – normas sobre concessão e controle de diárias;
- Protocolo de Intenções e Estatuto do CPAC – normas internas.

## 3. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

### 3.1. Lei Orçamentária Anual

A Lei Orçamentária do exercício de 2025 foi aprovada mediante o Decreto Resolutivo nº 01/2024, estimando receitas e fixando despesas no montante de R\$ 9.368.000,00, com equilíbrio entre receita e despesa conforme o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000.

GRUPO	NATUREZA / ORIGEM	VALOR (R\$)
<b>RECEITAS</b>	Receita Patrimonial	20.000,00
	Transferências Correntes (Contratos de Rateio – FPM/ICMS e serviços)	6.697.000,00
	Transferências de Capital (recursos federais/estaduais)	2.651.000,00
<b>TOTAL RECEITAS</b>		<b>9.368.000,00</b>
<b>DESPESAS</b>	Pessoal e Encargos Sociais	810.000,00
	Outras Despesas Correntes	5.907.000,00
	Investimentos	2.650.500,00

	Amortização da Dívida	500,00
<b>TOTAL DESPESAS</b>		<b>9.368.000,00</b>

### 3.2. Alterações Orçamentárias

MOVIMENTO	VALOR (R\$)
Dotação inicial – Decreto Resolutivo nº 01/2024	9.368.000,00
(+) Créditos suplementares abertos	369.123,53
(+) Créditos especiais abertos	0,00
(-) Redução de dotações – fonte compensatória	369.123,53
<b>DOTAÇÃO FINAL AUTORIZADA</b>	<b>9.368.000,00</b>

Os créditos adicionais suplementares abertos no exercício de 2025, no montante de R\$ 369.123,53 (trezentos e sessenta e nove mil, cento e vinte e três reais e cinquenta e três centavos), foram realizados com amparo no art. 5º da Resolução Orçamentária Anual 2025 nº 01/2024, aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 11 de abril de 2024, que autorizou expressamente o Presidente do Consórcio a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de **80% (oitenta por cento)** do total da despesa fixada, utilizando como fonte compensatória a anulação parcial de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964. O montante suplementado representa **3,94%** da dotação total autorizada (R\$ 9.368.000,00), situando-se, portanto, muito abaixo do limite máximo estabelecido pela Assembleia Geral, sem necessidade de nova deliberação assemblear para a sua abertura.

## 4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

### 4.1. Receita Arrecadada

RECEITA	PREVISTA (R\$)	ARRECADADA (R\$)	SALDO (R\$)
Receitas Correntes	7.567.500,00	5.360.867,35	-2.206.632,65
Receitas de Capital	1.800.500,00	0,00	-1.800.500,00
Deduções de Receita	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>9.368.000,00</b>	<b>5.360.867,35</b>	<b>-4.007.132,65</b>

A principal fonte de receita são as transferências dos municípios consorciados via Contratos de Rateio (FPM, ICMS e repasses por serviços). As Receitas de Capital não foram realizadas em razão de atrasos na formalização dos instrumentos de repasse federal.

### 4.2. Receita – Evolução Trimestral

PERÍODO	ARRECADÇÃO (R\$)	% S/ PREVISTO	% ACUMULADO
1º Trimestre (jan–mar)	1.379.112,43	14,72%	14,72%
2º Trimestre (abr–jun)	1.197.481,00	12,78%	27,50%
3º Trimestre (jul–set)	1.370.764,40	14,63%	42,13%
4º Trimestre (out–dez)	1.413.509,52	15,09%	57,22%
<b>TOTAL ANUAL</b>	<b>5.360.867,35</b>	<b>57,22%</b>	<b>57,22%</b>

### 4.3. Despesa Realizada

CATEGORIA / NATUREZA	AUTORIZADO (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>6.717.000,00</b>	<b>5.169.315,43</b>	<b>5.106.089,11</b>	<b>4.957.768,62</b>
Pessoal e Encargos Sociais	887.123,53	824.810,15	824.810,15	824.810,15
Vencimentos e Vantagens Fixas	617.123,53	617.123,53	617.123,53	617.123,53
Obrigações Patronais	164.500,00	126.543,54	126.543,54	126.543,54
Indenizações Trabalhistas	61.000,00	41.105,20	41.105,20	41.105,20
Outras Despesas Correntes	5.829.876,47	4.344.505,28	4.281.278,96	4.132.958,47
Diárias – Civil	30.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00
Material de Consumo	298.500,00	125.816,12	125.816,12	125.816,12
Passagens e Locomoção	40.000,00	13.403,72	13.403,72	13.403,72
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.651.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Investimentos	2.650.500,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>9.368.000,00</b>	<b>5.169.315,43</b>	<b>5.106.089,11</b>	<b>4.957.768,62</b>

As Despesas de Capital não foram executadas em razão da não concretização das transferências de capital previstas como fonte de financiamento.

## 5. EXECUÇÃO FINANCEIRA

### 5.1. Balanço Financeiro

INGRESSOS	VALOR (R\$)	DISPÊNDIOS	VALOR (R\$)
Receita Orçamentária	5.360.867,35	Despesa Orçamentária	5.169.315,43
Transf. Financeiras Recebidas	0,00	Transf. Financeiras Concedidas	0,00
Receita Extraorçamentária	316.259,70	Despesa Extraorçamentária	711.270,85
Saldo do Exercício Anterior	227.948,70	Saldo p/ o Exercício Seguinte	24.489,47
<b>TOTAL</b>	<b>5.905.075,75</b>	<b>TOTAL</b>	<b>5.905.075,75</b>

A Receita Extraorçamentária (R\$ 316.259,70) compreende cauções, depósitos de terceiros e devoluções. A Despesa Extraorçamentária (R\$ 711.270,85) refere-se à devolução de cauções retidas e liquidação de obrigações extraorçamentárias. Saldo transposto para 2026: R\$ 24.489,47.

### 5.2. Restos a Pagar

SITUAÇÃO	SALDO 31/12/2024 (R\$)	QUITADO EM 2025 (R\$)	SALDO 31/12/2025 (R\$)
Restos a Pagar de exercícios anteriores	895.289,42	543.676,53	351.612,89

RP Não Processados inscritos em 31/12/2025	—	—	63.226,32
--	---	---	-----------

No exercício de 2025 foram quitados R\$ 543.676,53 dos RAP de exercícios anteriores (73,72% do saldo de R\$ 895.289,42).

## 6. GESTÃO FISCAL

PARÂMETRO	RESULTADO	BASE LEGAL
Equilíbrio orçamentário	R\$ 9.368.000,00 = R\$ 9.368.000,00	Art. 4º, LRF
Créditos adicionais com fonte compensatória	R\$ 369.123,53 com redução equivalente	Art. 43, Lei 4.320/64
Despesas com pessoal – limite 60% RCL	R\$ 824.810,15 – dentro do limite (todos os trimestres)	Arts. 19-20, LRF
Dívida Fundada Interna	R\$ 0,00 – nenhuma inscrição no exercício	Art. 30, LRF
Envio tempestivo de balancetes – SAGRES/TCE-SE	4 de 4 trimestres no prazo	Res. 306/2017-TCE
Saldo financeiro ao encerramento do exercício	R\$ 24.489,47	Art. 42, LRF

## 7. GESTÃO PATRIMONIAL

### 7.1. Balanço Patrimonial – 31/12/2025

ATIVO	VALOR (R\$)	PASSIVO / SALDO PATRIMONIAL	VALOR (R\$)
Ativo Financeiro	24.489,47	Passivo Financeiro	445.056,87
Ativo Permanente	1.911.636,65	Passivo Permanente	0,00
		Saldo Patrimonial	1.491.069,25
<b>TOTAL</b>	<b>1.936.126,12</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.936.126,12</b>

O Saldo Patrimonial positivo de R\$ 1.491.069,25 representa o patrimônio líquido do Consórcio em 31/12/2025.

### 7.2. Resultado Econômico

VARIAÇÃO PATRIMONIAL	VALOR (R\$)
Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA	5.360.934,85
Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD	5.387.207,44
<b>DÉFICIT ECONÔMICO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(-) 26.272,59</b>

### 7.3. Inventário do Patrimônio

CATEGORIA	QUANTIDADE	VALOR (R\$)	SITUAÇÃO
-----------	------------	-------------	----------

Bens Imóveis	28 unidades	715.144,98	Registros atualizados
Bens Móveis	171 itens	1.782.756,77	Registros atualizados
<b>TOTAL</b>	<b>199 itens</b>	<b>2.497.901,75</b>	Conferido – dez/2025

O almoxarifado apresentou saldo zerado em todos os trimestres, demonstrando que os materiais adquiridos foram integralmente distribuídos no período de aquisição.

## 8. GESTÃO DE PESSOAL

O quadro de pessoal contou com 12 cargos ocupados. Diárias concedidas: R\$ 12.000,00, com documentação completa conforme Resolução TCE/SE nº 297/2016.

RUBRICA	AUTORIZADO (R\$)	REALIZADO (R\$)
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	617.123,53	617.123,53
Obrigações Patronais	164.500,00	126.543,54
Indenizações e Restituições Trabalhistas	61.000,00	41.105,20
<b>TOTAL PESSOAL E ENCARGOS</b>	<b>887.123,53</b>	<b>824.810,15</b>

## 9. GESTÃO DE CONTRATOS E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

MODALIDADE	QTDE	OBJETO GERAL
Inexigibilidade de Licitação	12	Serviços singulares de notória especialização técnica e ambiental
Dispensa de Licitação	14	Contratações nos limites e hipóteses legais da Lei nº 14.133/2021
Concorrência Pública	1	Obra – reforma de galpão de reciclagem em Frei Paulo/SE
Contratos de Aluguel	2	Locação de imóveis para sede e unidade operacional
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>Registrados no sistema de gestão e no PNCP</b>

Os contratos de rateio firmados com os municípios consorciados guardam correspondência com as respectivas Leis Orçamentárias Anuais, nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/2005.

## 10. GESTÃO OPERACIONAL – PROGRAMAS, RESULTADOS E REGISTRO FOTOGRÁFICO

A atuação operacional do CPAC em 2025 organizou-se em cinco eixos estratégicos, cumprindo integralmente as metas do Plano Plurianual 2022-2025, em conformidade com a Lei Federal nº 12.305/2010 – PNRs.

EIXO	DENOMINAÇÃO	META PPA	RESULTADO
------	-------------	----------	-----------

I	Gestão de Resíduos e Erradicação de Lixões	Meta V	Alcançada
II	Inclusão Produtiva e Fortalecimento de Cooperativas	Meta IV	Alcançada
III	Apoio Operacional e Infraestrutura Municipal	Meta I	Alcançada
IV	Captação de Recursos e Desenvolvimento Técnico	Meta II	Alcançada
V	Educação Ambiental e Coleta Seletiva	Meta III	Alcançada

### 10.1. Eixo I – Gestão de Resíduos e Erradicação de Lixões (Meta V)

Em cumprimento ao art. 54 da Lei Federal nº 12.305/2010, o CPAC realizou diagnósticos técnicos e fiscalização sistemática dos sítios de disposição final inadequada nos municípios consorciados, com elaboração de relatórios para planejamento do encerramento definitivo e remediação das áreas degradadas.

#### Registro Fotográfico – Eixo I | Diagnóstico de Áreas para Erradicação de Lixões



## 10.2. Eixo II – Inclusão Produtiva e Fortalecimento de Cooperativas (Meta IV)

O CPAC executou ações multidimensionais de estruturação de infraestrutura, capacitação e assistência técnica:

### a) Obras – Galpão de Reciclagem de Frei Paulo/SE

- Elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e projeto arquitetônico;
- Realização de concorrência pública para contratação da obra;
- Início da execução da reforma do Abatedouro Municipal Antônio Pereira dos Anjos.

#### Registro Fotográfico – Eixo II | Galpão de Reciclagem de Frei Paulo/SE | Antes / Projeto / Execução



Estado inicial do imóvel – Abatedouro Municipal Antônio Pereira dos Anjos (antes da intervenção do CPAC)



Projeto arquitetônico renderizado – Galpão de Reciclagem de Frei Paulo/SE



Obra em andamento – reforma e adequação do Abatedouro Municipal para Galpão de Reciclagem (Frei Paulo/SE)

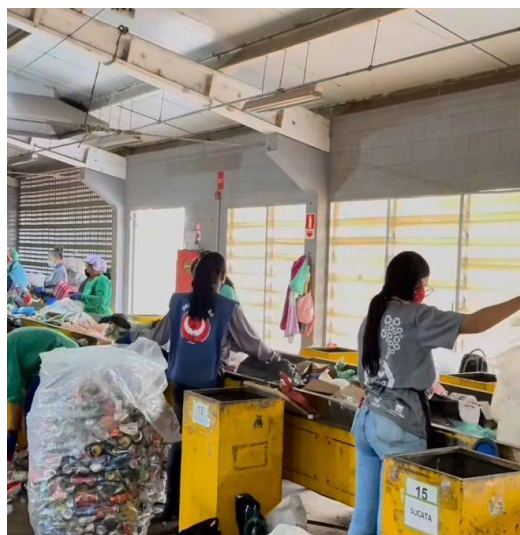
### b) EPIs, Uniformes, Equipamentos e Capacitação

- Entrega de EPIs, uniformes, prensas, balanças e esteiras às cooperativas;
- Treinamentos em cooperativismo em Carira e Campo do Brito;
- Elaboração participativa do Regimento Interno da Cooperativa de Campo do Brito;
- Participação na Expo Catadores 2025 (São Paulo) e alinhamento ao PRONAREP/ENEC.

**Registro Fotográfico – Eixo II | Entrega de EPIs, Uniformes e Assistência às Cooperativas**



*Catadores com uniformes e EPIs fornecidos pelo CPAC – Coleta Seletiva Municipal*



*Visita técnica a cooperativa de triagem de alto desempenho – benchmarking operacional*

**10.3. Eixo III – Apoio Operacional e Infraestrutura Municipal (Meta I)**

Disponibilização de frota pesada (caminhões coletores, retroscavadeiras e pás carregadeiras) aos municípios consorciados por cessão de uso, para manejo de RSU e apoio às obras de infraestrutura local.

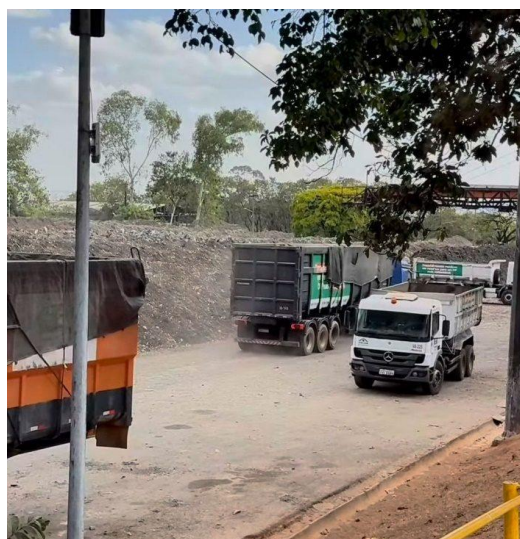
**10.4. Eixo IV – Captação de Recursos e Desenvolvimento Técnico (Meta II)**

- Articulação institucional em Brasília/DF junto a órgãos federais e parlamentares;
- Visitas técnicas a cooperativas de reciclagem de alto desempenho (benchmarking);
- Visita técnica a centro de processamento de Resíduos da Construção Civil – RCC.

**Registro Fotográfico – Eixo IV | Missão Técnica e Captação de Recursos**



*Delegação do CPAC em missão de benchmarking – visita técnica a cooperativa de reciclagem de alto desempenho e processamento de RCC*



Área de processamento de Resíduos da Construção Civil (RCC) – modelo a ser replicado nos municípios consorciados

### 10.5. Eixo V – Educação Ambiental e Coleta Seletiva (Meta III)

- Implantação de Pontos de Entrega Voluntária – PEVs com coletores identificados;
- Arborização urbana nos municípios consorciados;
- Palestras em escolas e comunidades;
- Reuniões de articulação com Secretarias de Meio Ambiente e Educação municipais.

#### Registro Fotográfico – Eixo V | Educação Ambiental e Articulação Municipal



Reunião de articulação com Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Educação de Nossa Senhora Aparecida/SE – planejamento de projetos ambientais

## 11. DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA GESTÃO

ITEM	VALOR (R\$)	% S/ LOA
<b>Dotação Autorizada</b>	<b>9.368.000,00</b>	100,00%
Receita Arrecadada	5.360.867,35	57,22%
Despesa Empenhada	5.169.315,43	55,18%
Despesa Liquidada	5.106.089,11	54,50%
Despesa Paga	4.957.768,62	52,92%
Saldo Financeiro Final	24.489,47	—

Saldo Patrimonial (Superávit)	1.491.069,25	—
Déficit Econômico do Exercício	(-) 26.272,59	—
Metas Operacionais PPA 2022-2025 Cumpridas	5 de 5	100%

## 12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do presente Relatório de Gestão, demonstraram-se os principais aspectos da execução orçamentária, financeira, fiscal, patrimonial e operacional do CPAC no exercício de 2025:

- Registros contábeis realizados em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/1964, com envio tempestivo dos balancetes mensais ao SAGRES/TCE-SE;
- LOA executada com equilíbrio entre receita e despesa;
- Despesas com pessoal dentro dos limites da LRF em todos os trimestres;
- Ausência de dívida fundada no exercício;
- Cumprimento integral das cinco metas do PPA 2022-2025;
- 28 contratos formalizados nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;
- Receitas e Despesas de Capital não realizadas em razão da não conclusão dos processos de liberação dos instrumentos de repasse federal;
- Saldo financeiro para o exercício de 2026: R\$ 24.489,47.

Com a análise dos documentos e demonstrativos integrantes desta Prestação de Contas, é possível obter visão mais detalhada sobre toda a movimentação dos recursos e bens públicos geridos pelo Consórcio no período.

---

**DIOGO MENEZES MACHADO**  
 Presidente  
 Consórcio Público do Agreste Central – CPAC